

## GUARABIRA, PRINCESA DO AGRESTE: PRINCESA EDUCADA?<sup>1</sup>

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro<sup>2</sup>

Jandynéa de Paula Carvalho<sup>3</sup>

### 1 - Considerações Iniciais

Este artigo tem sua origem no projeto de pesquisa e extensão intitulado “Resgate do processo histórico e cultural dos municípios paraibanos” financiado pela Sesu/Mec/UFPB<sup>4</sup>. Tem como objetivo geral contribuir para a construção de um conhecimento histórico relativo ao município de Guarabira. Outro importante objetivo do projeto é produzir um livro didático tomando como procedimento metodológico a história local. Na constituição do referido livro um dos conteúdos que deverão compô-lo refere-se à história educacional de Guarabira. Nesse sentido, este texto pretende analisar o processo de organização educacional e mais particularmente escolar do município/cidade de Guarabira, também conhecida como “Princesa do Agreste”, no período de 1840 a 1880. Como marco inicial para periodizar este trabalho, definimos o ano de 1840 porque é a informação mais remota, identificada pela pesquisa que indicando que naquele ano encontrava-se em funcionamento duas ‘escolas mútuas’. O segundo marco (1880) corresponde a um momento da história em que o Estado monárquico consolida a nação brasileira a partir do aprimoramento do seu aparato jurídico e institucional. E é no conjunto desse aparato institucional que o setor da instrução pública e particular paraibana efetivou novos procedimentos administrativos que certamente afetaram as instâncias municipais e por conseguinte o Termo de Independência já que o mesmo dispunha naquele período de prestígio político, econômico e social no contexto da Província da Parahyba do Norte, conforme será discutido mais adiante.

As fontes documentais localizadas no Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC são as referências centrais para este trabalho. Os documentos identificados consistem em leis

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História da Educação no Contexto da Cultura Histórica”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

<sup>2</sup> Docente/pesquisador dos Programas de Pós- Graduação em Educação e História da Universidade Federal da Paraíba. Membro participante do Grupo de Estudo e Pesquisa História da Educação da Paraíba Imperial (século XIX). Membro do GT-História da Educação da Paraíba, vinculado ao HISTEDBR. Membro do grupo de pesquisa sobre História Local

<sup>3</sup> - Aluna do Curso de Graduação de Licenciatura em História e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa História da Educação da Paraíba Imperial (século XIX) e do grupo de pesquisa sobre História Local.

<sup>4</sup> - Esta pesquisa é coordenada pelo Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva e tem como membros participantes os professores:, Dra. Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa, Suelídia Maria Calaça, Dra. Regina Célia Gonçalves. Conta ainda com a participação de alunos dos Cursos de graduação em Pedagogia e em História.

referentes à instrução pública, relatórios e mensagens de presidentes de província e de diretores da Instrução Pública como também de pedidos de licença de professores, recibos de pagamento de salários, etc.

Guarabira é hoje uma das mais importantes e populosas cidades do Estado da Paraíba. É o centro econômico, político e cultural de uma área que congrega cerca de trinta outros municípios, alguns deles, como já referenciado, desmembrados do seu território em função de decisões políticas que buscavam a obtenção de maiores dotações orçamentárias do Governo Federal.

A micro-região de Piemonte da Borborema onde se situa o município de Guarabira foi incorporada ao circuito da produção mercantil a partir do século XVII, quando seguindo o curso do Rio Mamanguape, o homem branco penetrou pelo interior abrindo os caminhos de gado ao mesmo tempo que expulsou ou dizimou os grupos indígenas (Potiguara) que ali habitavam. Entretanto, foi da necessidade de abastecimento e pouso para os vaqueiros e rebanhos por eles conduzidos que surgiu o povoado que, mais tarde, em 1837 foi “erecta em Villa a Povoação de Guarabira com a denominação de Villa da Independência e em Freguesia, cujo orago será o de Nossa Senhora da Luz”.<sup>5</sup> Somente em 1887, a partir da Lei Provincial nº 841, a Vila de Independência foi elevada à categoria de cidade recebendo a denominação de Cidade de Guarabira. (Melo, 1999. p.71).

Em meados do século XIX, o desenvolvimento acelerado da atividade cotonicultora, em decorrência das novas exigências do mercado internacional, viria a promover importantes transformações na ocupação do espaço paraibano. E a partir desse momento que se processa o efetivo povoamento de importantes áreas da Paraíba, entre elas o Piemonte da Borborema. Um novo impulso a essa ocupação ocorreria com a construção da estrada de ferro – Great Western – que objetiva ligar as áreas produtoras, em especial, de cana de açúcar, com os portos do litoral. Guarabira, situada no ramal sul-norte da ferrovia (que ligava João Pessoa a Natal), tornou-se, a partir de então, um entreposto comercial de muita importância na área. Posição que continua ocupando ainda hoje, apesar da falência da cultura algodoeira, pois conta com uma razoável rede de prestação de serviços e um comércio que atende as necessidades da sua população e dos municípios próximos.

Trataremos inicialmente aqui sobre a importância da história local e por conseguinte da histórica educacional local como um procedimento metodológico que auxilia na constituição de “identidades” que rompe com a perspectiva da história nacional. Em seguida nos deteremos em analisar o processo de escolarização de Guarabira também conhecida com Princesa do Agreste que apesar desse cognome possui uma história educacional marcada pelos baixos índices de escolarização e elevados de analfabetismo.

---

<sup>5</sup> - Decreto nº 17 de 27 de abril de 1837. Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC- caixa 14.

## 2- História local e o ensino de história: aspectos para história educacional

A produção historiográfica brasileira sobre história local tem se desenvolvido, prioritariamente no âmbito das discussões sobre os livros didáticos de história. No Brasil os estudos que analisam este tipo de artefato cultural destinado à educação escolar são volumosos e datam desde o início dos anos de 1950. Entretanto, foi a partir dos anos de 1970 que ocorreu uma “explosão” de estudos voltados para a análise de livros didáticos.<sup>6</sup> As críticas, normalmente, centram-se em duas questões: na seleção de conteúdos que integram o texto e na perspectiva teórico-metodológica adotada pelo(s) autor(es). Esses dois aspectos terminam por anunciar, mesmo que às vezes de forma sub-reptícia, a concepção ideológica e de história do(s) elaboradores da obra. De uma maneira geral às críticas relativas à seleção e organização dos conteúdos remetem a forma sucinta, superficial, levando às vezes a erros e equívocos na leitura e interpretação dos acontecimentos e eventos da história. Um outro aspecto, muito realçado pelos críticos que analisam os livros didáticos diz respeito à periodização, a linearidade dos acontecimentos históricos, a relação mecânica entre causa e efeito e um maior destaque à história dos vencedores. Nas décadas subseqüentes os estudos se multiplicaram analisando temas/contéudos específicos como, por exemplo, a análise sobre o descobrimento do Brasil, a Inconfidência Mineira, Independência do Brasil, instauração do regime republicano além dos estudos que analisam os livros didáticos produzidos durante o regime militar destacando-se o que era possível ser narrado e o que era ocultado. Que conteúdos eram considerados “subversivos” e punham em risco a “segurança nacional”. Há, também, estudos que se dedicaram aos aspectos iconográficos e gráficos que ilustram os livros didáticos. Essas obras são analisadas na perspectiva de identificar os conteúdos nacionalistas e de busca de consolidação de uma única identidade nacional.<sup>7</sup> Mais recentemente os estudos sobre os livros didáticos de história têm se detido nas questões étnicas<sup>8</sup> e de gênero. O primeiro, sendo alimentado, politicamente, pelos adeptos do movimento negro e o segundo pelos adeptos do feminismo.

Entremeando, todavia essa intensa produção em torno da análise de livros didáticos de história, uma outra questão era posta, principalmente, pelos professores e intelectuais situados fora da Região Sudeste. Trata-se das críticas ao domínio das grandes produtoras

---

<sup>6</sup> É importante lembrar o livro de Maria de Lourdes Chagas Deiró intitulado **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. Originalmente, dissertação de mestrado defendida, em 1978, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Apesar do trabalho não analisar livros didáticos para o ensino de história, serviu como grande “modelo” para os trabalhos que se sucederam, tanto para o ensino de língua portuguesa, ensino de história, de geografia e biologia.

<sup>7</sup> Cf. PINSKY, Jaime (org.) **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo, SP: Contexto, 1988. BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo, SP: Contexto, 1997. SIMAN, Lana Mara de Castro e FONSECA, Thais Nívia de Lima Fonseca. **Inaugurando a História e construindo a nação**: discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

<sup>8</sup> Destaco aqui o trabalho organizado por LIMA, Maria Nazaré Mota de. **Escola Plural, a diversidade está na sala**; formação de professores em história e cultura Afro-brasileira e africana. São Paulo, SP: Cortez, 2005. (Série fazer valer os direitos, v. 3)

do mercado editorial que tentam homogeneizar a distribuição de livros didáticos por todo o país, desconsiderando as especificidades e identidades regionais e locais. Segundo esses críticos os eventos e acontecimentos locais deveriam ser discutidos por professores e alunos no cotidiano escolar. Sobre essa problemática Gatti Júnior (2004) ao analisar o livro didático de história no Brasil nos anos de 1970 a 1990, destaca que os livros de história elaborados e impressos no Rio de Janeiro, em São Paulo e, mais recentemente, em Minas Gerais, são produzidos por autores, em geral, oriundos dos mesmos estados. Assim, essa característica “traz conseqüências danosas às propostas de ensino de Estados que os alunos devem partir da aprendizagem do que lhes é mais próximo para construir as noções e conceitos de entendimento da realidade.” (p.206)

Seguindo a análise tecida sobre essa problemática Jobson Arruda em entrevista concedida ao referido autor salienta que a precariedade de pesquisas que abordem as especificidades locais e regionais alimentou a dificuldade de elaboração de textos didáticos para o ensino de história nos níveis ensino fundamental e médio. Tal problema encontra-se em processo de minimização na medida que os programas de pós-graduação em história vem se consolidando em várias regiões do país. Para Jobson Arruda “pessoas que produzem pesquisa avançada num determinado passo começam também a produzir os textos de divulgação, isto é muito normal, correto e até lógico; desejável até.” (Arruda apud Gatti Júnior. 2004, p. 207).

É nesse contexto adverso no âmbito do mercado editorial que emergiram, movimentos locais de historiadores que buscaram produzir livros didáticos tomando como primordial referência os municípios e em menor grau as cidades<sup>9</sup>. Todavia é significativo salientar que esse movimento não esteve restrito a pós-graduação, mas ao nível de graduação. Os questionamentos relativos ao perfil dos cursos de licenciatura em História que até meados dos anos de 1980 não contemplavam nas suas estruturas curriculares disciplinas que discutissem aspectos da história regional/local. Segundo Neves (2003:53) um aspecto inovador das “iniciativas acadêmicas foi a colocação da problemática da história regional/local, bem como de temáticas levantadas pelas novas concepções historiográficas e que, por suposto, estavam ausentes dos currículos tradicionais”. Não posso deixar de registrar que José Honório Rodrigues na sua obra *Aspirações Nacionais* destaca que:

“Uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representa a mais legítima contribuição à história nacional. A história de uma nação é incompleta se deixa de tratar dos interesses e atividades dos homens comuns, e a história local cuida como nenhuma outra dos conhecimentos diários do homem comum.” (apud Alves Filho, 2000. s/p).

Segundo, ainda, Samuel (1990) a

“história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele

---

<sup>9</sup> - Temos informação que semelhante tipo de produção de livro didático é realizado nos Estados do Paraná e São Paulo.

a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.” (p.220)

É necessário, contudo, lembrar que existe uma significativa produção de livros sobre a história local, adotando as escalas macro/meso ou das micro-regiões. É comum também estudos que tomam os municípios ou as cidades como delimitação para os estudos de história local. Essa produção historiográfica, normalmente foi e, ainda é, realizada por intelectuais locais – jornalistas, médicos, advogados, geógrafos, historiadores, ou simplesmente autodidatas. Nas municipalidades aonde existem os institutos históricos e geográficos é comum que seus membros escrevam crônicas e livros sobre seus respectivos “torrões” natais. As obras, ora assumem um caráter memorialista ou meramente descritivo, abundando relações de “personagens ilustres” de nomes de famílias e dos equipamentos sociais existentes no território em estudo. Há, também, aqueles trabalhos que analisam a formação territorial, política e social desde os primórdios, a partir dos agrupamentos indígenas (pré-história), ou a partir do processo de colonização.<sup>10</sup> Nessa trilha Fonseca (2003) destaca que os estudos e a produção de conhecimento acerca da história local contribui para a construção de “identidades” em contraponto ao que tradicionalmente a história oficial tentou homogeneizar a partir da super-valorização de uma única identidade que passaria a ter caráter nacional.

Toda essa discussão se torna ainda mais relevante quando adentramos a especificidade da história educacional local, uma vez que é nessa esfera e, mais particularmente, escolar local aonde se efetivam práticas pedagógicas que produzem e “organizam cultura(s)”. (Gramsci, 1995). Cultura de “origem escolar” que terminam por apresentar características e peculiaridades que fazem parte de relações sociais que agregam a cultura social e política de uma determinada localidade.

Na Paraíba, recentes pesquisas, têm apontado que o ensino de história local e o ensino de história nacional e/ou universal foi ponto de disputa nos “programas” de algumas instituições escolares (Lyceu Parahybano), desde o século XIX. Segundo Cury (2006, p. 8-9)

”Muito próximo dos anos de 1889,(...) o ensino de história na Parahyba incluiu os estudos de **História Local**, observa-se que a Lei utiliza a palavra *especialmente* e indica que os conteúdos referentes à história da província sejam uma exceção à equiparação ao programa do Colégio de Pedro II.

(...) A Resolução Provincial N. 288, de 1885, reza a seguinte determinação quanto ao Plano de Ensino do Liceu: “(...) compreenderá as seguintes disciplinas: 1ª Português, 2ª Francês, 3ª Inglês, 4ª Latim, 5ª Matemática, 6ª Geografia Geral, Corografia do Brasil e especialmente da Paraíba, 7ª História Geral e História do Brasil e especialmente da Paraíba, 8ª Retórica, Poética e Literatura Nacional, 9ª Filosofia, 10ª Elementos de ciências físicas e naturais.” E o documento prossegue, “§ 1º Para cada uma dessas disciplinas haverá cadeira especial com professor distinto e o programa de ensino será o mesmo que for aprovado pelo governo para ser

<sup>10</sup>- Estudos e pesquisas ainda precisam ser desenvolvidos pelos historiadores acerca dessa produção historiográfica. Essas obras são extremamente importantes porque fornecem uma significativa indicação de fontes e referências bibliográficas. No caso específico do Município de Guarabira destaco as seguintes obras: **Guarabira: democracia, urbanismo e repressão (1945/65)** de José Octávio de Arruda Mello, (1997); **Itinerário histórico de Guarabira** de Moacir Camelo de Melo (1999); **História da política guarabirense** de Aedson Guedes Cunha (2005).

adaptado ao do Imperial Colégio de Pedro II, salvo o de desenvolvimento exigido quanto à Província da Paraíba nos programas de geografia e história”. (negrito nosso)

Essas constatações nos remetem a uma discussão historiográfica acerca dos processos que engendraram a constituição do Estado Nacional brasileiro. A idéia de nação brasileira se tornará hegemônica somente a partir da instauração do regime republicano e mais precisamente a partir do século XX. Assim sendo, no século XIX ainda esteve muito aceso o sentimento da identidade local, isto é, o das *pátrias locais*.

Pinheiro (2001) identificou que alguns gestores públicos forneceram orientações gerais para que as convicções republicanas e de fortalecimento da nação brasileira fossem amplamente estimuladas no âmbito escolar. Era necessário “associar as escolas primárias e secundárias às manifestações da nossa vida cívica”; para tanto, os administradores estaduais adquiriram e fizeram “ensaiar os hynnos patrióticos, entoados em côro, ao celebrar as ephemerides nacionais”. Tais procedimentos, segundo João Pereira Castro Pinto, presidente do Estado, muito serviriam “para avivar na infância e na juventude o amor á nacionalidade” (PARAHYBA DO NORTE, Estado da, 1913, p. 13). Além desses aspectos, Castro Pinto adquiriu livros escolares e os distribuiu gratuitamente nas escolas públicas. Ao mesmo tempo encarregou “o provecto e talentoso Dr. Manoel Tavares Cavalcanti de confeccionar o Epitome da Historia da Parahiba destinada à instrucção primária” (PARAHYBA DO NORTE, Estado da, 1913, p. 13) e que de fato essa obra foi publicada e adotada nas escolas primárias públicas do Estado da Parahyba do Norte. É importante realçar que o referido livro centrou todo o seu conteúdo na história local, isto é, na história da Paraíba. As produções de livros didáticos que se sucederam, até o final dos anos de 1970, mantiveram a perspectiva do local seguindo o mesmo nível (escala e delimitação territorial), isto é, tomando como referência de delimitação dos estudos o estado da Paraíba.

Em meados dos anos de 1980, um grupo de historiadores e estudantes do Curso de História, vinculados ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/NDIHR, implementaram um projeto que tinha como um de seus principais objetivos a produção de livros didáticos sobre a história local dos municípios paraibanos. A inovação naquele período refere-se ao enfoque centrado nos municípios. A noção de local que até então era referida ao estado da Paraíba passa para uma noção de local tratada em escala reduzida, focada nos municípios. Nesse sentido, foram produzidos e publicados livros de história local dos municípios de Patos (1985), do Ingá (1993), Pedras de Fogo (1993), Cabedelo (1996), Conde (1996) e Areia (1998)<sup>11</sup>. Alguns desses livros receberam apoio

---

<sup>11</sup> - São autoras dos livros **Uma História de Pedras de Fogo**: Maria Helena Pereira Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves, Rossana de Souza Sorrentino e Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa, **Uma História de Cabedelo** e **Uma História do Conde**: Maria Helena Pereira Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves, Rossana de Souza Sorrentino, Suelídia Maria Calaça e Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa. Do livro **Uma História do Ingá**: Maria Helena Pereira Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves, Rossana de Souza Sorrentino e Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa. Do livro **Uma História de Areia**: Alexandre Felipe Fiúza, Regina Célia Gonçalves, Rossana de Souza Sorrentino, Severino Bezerra da Silva e Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa. Do

financeiro de suas respectivas prefeituras. Em todas as quatro publicações há um capítulo específico sobre as questões educacionais, normalmente, abordada na perspectiva do que hoje comumente chamamos de história do tempo presente. Isso porque a principal fonte utilizada para a constituição textual foram os depoimentos de professores. Com exceção do livro de Patos, que relata brevemente a história do Colégio Diocesano/Colégio Estadual e os de Cabedelo e Areia, que fazem um brevíssimo estudo relativo à história educacional, os demais descrevem as precárias condições das escolas tanto nos seus aspectos físicos quanto aos relativos a materiais didáticos e à formação dos professores.

### 3- Guarabira, Princesa do Agreste: princesa não educada.

A instrução pública em Guarabira no período imperial esteve estruturada basicamente na educação primária, realidade esta constatada em boa parte dos povoados e termos (municípios) da Província da Parahyba do Norte posto que a instrução secundária estava restrita às poucas cadeiras de Latim distribuídas nas principais vilas da Província e ao Lyceu situado na capital. Este último atendia a um público específico já que era destinado à formação da elite masculina paraibana, conforme analisa Pinheiro (2004). Não se tem informações precisas sobre o ingresso de alunos provenientes do interior da província no Lyceu da capital, mas podemos supor que esse ingresso era uma realidade para os filhos das famílias abastadas que podiam arcar com os custos exigidos. É possível também que esses filhos de famílias abastadas, seguindo a lógica estabelecida na época de dar preferência aos estabelecimentos de instrução secundária que dessem acesso às Academias, seguissem para fazer os seus estudos em outras províncias visando o ingresso nas mesmas.

No que concerne à instrução de primeiras letras no Termo de Independência (atual Guarabira), a informação mais remota que temos é sobre a existência nos anos de 1840 de duas “escolas mútuas”, uma situada em Independência e a outra na localidade de Serra da Raiz (Maia Branca), conforme diagnosticou José Ricardo Pires de Almeida em obra publicada em 1889.<sup>12</sup> Esse modelo de ensino que não logrou muito sucesso no Brasil e rapidamente foi sendo abandonado consistia em

“Durante as horas de aula para as crianças, o papel do professor [limitava-se] à supervisão ativa de círculo em círculo, de mesa em mesa, cada círculo e cada mesa tendo à sua frente um **monitor**, aluno mais avançado, que ficava dirigindo. Fora destas horas, os monitores recebiam, diretamente dos professores uma instrução mais completa, e não era raro ver os mais inteligentes adquirirem a instrução primária superior.” (Almeida, 1989, p.60. negrito do autor)

---

livro **História de Patos**, não há autoria apenas os nomes da equipe: Geralda Medeiros Nóbrega (supervisão em Patos), Joana Neves, Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues e Felicidade Lúcio Ribeiro (Coordenação Didático-pedagógica), Manoel de Souza Oliveira (pesquisa e elaboração de textos), Regina Célia Gonçalves (pesquisa documental).

<sup>12</sup> - Trata-se do livro **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação**. Essa importante obra teve sua segunda edição em língua portuguesa em 1989, isto é, cem anos depois da primeira edição francesa.

Segundo, ainda a análise de Almeida (1989) as únicas vantagens desse tipo de ensino era que “quando convenientemente instalado, utilizado e equipado, [exercitava] a emulação dos alunos e [a de ter] pessoal de ensino bem restrito.” Outra vantagem era a de que “nenhuma criança [ficava] desocupada durante as aulas, o que muito freqüente no ensino simultâneo.” (p.60)

Sob a forma de cadeiras isoladas à semelhança do que acontecia no restante da Província, as cadeiras de instrução primária no Termo de Independência e nas povoações a ele pertencentes eram suprimidas, com certa freqüência, ou seja, desativadas por diversas razões sendo a principal delas, alegada pelos legisladores, como a falta de freqüência de alunos. Esse movimento oscilatório quanto ao funcionamento das cadeiras isoladas em Independência mais particularmente na povoação de Serra da Raiz pode ser constatado pela desativação das cadeiras em 1846 e re-instauração em 1850. Posteriormente, isto é, em 1879, também foram suprimidas a do sexo feminino da Vila de Independência e do sexo masculino na povoação de Mulungú<sup>13</sup>

**Quadro I**  
**Termo de Independência – distribuição das cadeiras isoladas**  
**Por local/ano/ sexo**

Localidade e sexo Ano de criação	Independência	Pirpirituba	Povoação de Cuité de Guarabira	Freguesia de Gengibre	Povoação de Serra da Raiz
	Sexo feminino	Sem informação quanto ao sexo	Sem informação quanto ao sexo	Sexo masculino	Sexo masculino
1850	-	-	-	-	1
1857	1	1	-	-	-
1869	-	-	1	1	-
1870	-	-	-	-	1
1872	-	1*	-	-	1

Fonte: Quadro construído a partir das leis de criação de cadeiras isoladas.

\* não sabemos ao certo quando foi criada, entretanto temos a informação do seu funcionamento no referido ano. (Balanço e Despesa da Thesouro Provincial da Paraíba – setembro de 1872).

É importante registrar que somente no ano de 1857 foi criada a primeira cadeira de instrução primária para o sexo feminino em Independência, ano em que também, foram criadas as das Vilas do Catolé do Rocha, Campina Grande e Ingá. A instrução pública destinada às meninas nas vilas do interior paraibano somente vieram ocorrer vinte e nove anos depois da que fora criada na cidade da Parahiba, capital da Província da Parahyba do Norte.

<sup>13</sup>- Ver em Pinheiro e Cury (2004): Lei nº 12 de 20 de junho de 1846; Lei nº 1 de 20 de agosto de 1850 e a Lei nº 671 de 8 de março de 1879.

No que concerne à cultura material escolar inferimos a partir da documentação consultada que as aulas de primeiras letras em Independência funcionavam com diminutos artefatos escolares que consistiam em “uma mesa grande, quatro bancos e duas palmatórias”.<sup>14</sup> Essa última informação indica a adoção de práticas disciplinares, cuja adoção era uma prática comum das práticas instrucionais.

A ausência de cadeiras em diversas povoações, porém é apresentada como um grave problema em Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1858. Esse relatório nos informa que o número de 56 cadeiras existentes na província naquele momento seria insuficiente para dar conta da demanda da população por instrução primária. O mesmo relatório fornece o dado de que em muitas povoações, a exemplo de Cuité de Guarabira, que nem escola particular e professores existiam e eram

“ numerosos os indivíduos nellas residentes, mesmo de famílias não obscuras, privadas da mais ligeira tintura das noções que se adquirem nas escolas primárias. Este facto lastimável, depõe contra, o desleixo com que tem sido tratada a instrucção e educação da mocidade.” (PARAHYBA DO NORTE, Província da, 1858, p 106.)

Os números apresentados pelo referido relatório dão conta de que apenas 1.941 alunos aproximadamente recebiam instrução primária em toda a Província da Parahyba do Norte incluindo nesse número os alunos de escolas particulares. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, 1858, s/p.). Mesmo não se tendo informações precisas sobre o número de habitantes existentes na Província naquele momento, não é equivocado se supor que a quantidade de pessoas que recebiam instrução primária era ínfima em relação ao universo da população em idade escolar da província.

Associada a baixa oferta, pelo poder provincial e municipal, de cadeiras de primeiras letras ocorria também a dificuldade em arregimentar professores qualificados para assumirem as aulas. Um dos aspectos que provavelmente contribuía para tal situação eram os baixos proventos destinados a esse nível de ensino. Nesse sentido, na avaliação de Felizardo Toscano de Brito, presidente interino da província em 1864

“o professorado é tido e procurado na província como um meio de vida, e seu desempenho resente-se em geral da negligência e da ignorancia.

Apezar do professor de primeiras letras estar soffrivelmente pago nem tem a consideração e garantias que deve merecer pela missão importante, de que se acha encarregado, e que tão immediatamente influe nos costumes e religião dos povos, como mesmo se não esmera, por bem cumprir os seus deveres.” (PARAHYBA DO NORTE, Provincia da, 1864,s/p).

Em 1865, os professores das aulas de primeiras letras da Vila de Independência e das localidades de Caiçara, Mulungu e de Cuité da Independência recebiam o ordenado de 50.000 réis e mais uma gratificação de 16.666 réis. Recebiam ainda como gratificação destinada para o aluguel de casas para o funcionamento das cadeiras isoladas 4.167 réis. (PARAHYBA DO NORTE, Provincia da, 1865,s/p).

<sup>14</sup>- Ofício nº 189 de 1851, encaminhado pelo Inspetor José da Costa Machado Junior ao Presidente da Província Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. FUNESC – caixa 29.

A precária organização escolar na Província da Parahyba do Norte como é possível inferir a partir dos dados acima apresentados levou as autoridades da época, objetivando minimizar esse problema, a permitir que senhoras ensinassem nas cadeiras de instrução primária para ambos os sexos até a idade de 11 anos nas povoações como também nas cadeiras do sexo masculino nas cidades e Vilas<sup>15</sup>. Essa medida demonstra a precariedade desse tipo de ensino ministrado por mulheres que recebiam a denominação genérica de “senhoras” sem nenhuma referência em nível de instrução tão pouco qualificação profissional.

Assim, durante todo o século XIX não há registros que nos permitam afirmar que essa situação de precariedade tenha se modificado, levando-nos a inferir que apesar de se tratar de um dos municípios (termo) mais ‘progressistas’ economicamente da província paraibana, não cuidou devidamente da instrução da grande maioria de seus habitantes, uma vez sempre apresentou baixos índices de escolarização. Nesse sentido, podemos concluir que Guarabira apesar de ser denominada de a “Princesa do Agreste” não recebeu uma educação, principalmente, escolar que caberia a qualquer princesa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES:

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889):** história e legislação. 2ª ed. Tradução de Antonio Chizzoti, São Paulo: Educ; Brasília -DF: INEP/MEC, 1989.
- ALVES FILHO, Ivan. **História dos estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- BALDIN, Nelma. **A história dentro e fora da escola.** Florianópolis, SC: UFSC, 1989.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre prática e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990 (Memória e sociedade).
- CUNHA, Aedson Guedes. **História da política guarabireense.** 2ª ed. Guarabira, PB: s/e, 2005.
- CURY, Cláudia Engler. As práticas instrucionais no *Lyceo Parahybano* (1836-1889): a configuração dos planos de ensino e o ensino de história. In: **Anais do VI Congresso Luso- brasileiro de História da Educação.** Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia. CD-ROM, 2006. (no prelo)
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003 (Coleção Magistério, Formação e trabalho pedagógico).
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de História.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.
- GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história:** livro didático no Brasil (1970-1990).Bauru,SP:Edusc,2004. (Coleção educar).
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 9ª ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1995.
- JULIÁ, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas, SP: Sociedade Brasileira de História da Educação e Autores Associados, nº 1, jan/jun 2001.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **Guarabira: democracia, urbanismo e repressão (1945/65).** João Pessoa, PB: A União, 1997.
- MELO, Moacir Camelo de. **Itinerário histórico de Guarabira.** João Pessoa, PB: Artgraf, 1999.

<sup>15</sup> - Ver Lei nº671 de 8 de março de 1879. Pinheiro e Cury (2004), p.35

NEVES, Joana. A formação do professor de história no Brasil. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Educação e história no Brasil contemporâneo**. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 2003.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório do Director da Instrução Publica** de 1858. Parahyba do Norte, s/e e s/d.

\_\_\_\_\_, **Relatorio** com que S. Exc. O Sr. Dr. Felizardo Toscano de Britto, passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Sival Odorico de Moura no dia 18 de maio de 1864. Parahyba. Typ. Liberal Parahybana, 1864.

\_\_\_\_\_, **Balanço da receita e despeza do Thezouro provincial**, no mês de novembro de 1865.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembléa Legislativa na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª legislatura, pelo João Pereira de Castro Pinto (presidente do Estado) em 1913. Parahyba do Norte: Torre Eiffel, 1913.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade de São Francisco. 2002 (Coleção educação contemporânea).

\_\_\_\_\_, A instrução na província da Parahyba do Norte durante o primeiro reinado e período regencial (1822 – 1840). In: **Anais do V Congresso Luso-brasileiro de História da Educação** – Igreja, Estado, Sociedade Civil. Universidade de Évora, 2004. (no prelo).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler. (org.) **Leis e regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial**. Brasília, DF: SBHE/INEP/MEC. 2004. (Coleção documentos da educação brasileira).

PINSK, Jaime e PINSK, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma história prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e proposta**. São Paulo: Contexto, 2003.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: SILVA, Marcos Antonio da. (org.). **Revista Brasileira de História- História em quadro-negro; escola, ensino e aprendizagem**. São Paulo, SP: Marco Zero/MCT/CNPq/ANPUH. Vol.9, nº 19, set/1989-fev.1980.